

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA A RECUPERAÇÃO E MELHORIA DE POÇO ARTESIANO PROFUNDO NO DISTRITO DE CONCEIÇÃO NA ZONA RURAL DE RIO FORMOSO/PE.

1) INTRODUÇÃO

Este documento apresenta estudos técnicos preliminares basilares à elaboração de projeto Básico referente a **execução de serviços, com fornecimento de materiais, para a recuperação e melhoria de Poço Artesiano Profundo no Distrito de Conceição na Zona Rural de Rio Formoso/PE.**

2) DESENVOLVIMENTO

I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade para a contratação de execução de serviços, com fornecimento de materiais, para a recuperação e melhoria de Poço Artesiano Profundo no Distrito de Conceição na Zona Rural de Rio Formoso/PE, decorre da demanda por melhorias na infraestrutura hídrica desta comunidade, que hoje depende totalmente do sistema de abastecimento de água.

O poço atual do Distrito de Conceição é considerada crítica, onde o poço hoje está sem funcionamento e necessita de novas instalações de bombas, limpeza e desobstrução dos poços, assim como substituição dos tubos existentes de 1 ½ “ de PVC por novas instalação de novas tubulações de ferro galvanizado de 1 ¼ “.

Além disso, a contratação se justifica pela importância de garantir a toda esta população, pois após o serviços este poço vai oferecer mais qualidade e quantidade de água para toda a população.

Dessa forma, a execução da reforma mostra-se necessária e indispensável para assegurar abastecimento de água desta comunidade.



a) META I – Abertura de Processo Licitatório para execução dos serviços.

Informamos que todos os documentos relacionados à tramitação entre a Secretaria de Infraestrutura e Habitação e o Gabinete da gestão Municipal do município de Rio Formoso.

Assim, a contratação, para cumprimento da META I, evidencia na necessidade de se elaborar o orçamento juntamente com seu cronograma e memorial técnico.

Em vista disso, esse Estudo Técnico Preliminar focará no exame da viabilidade e da razoabilidade da contratação de empresa para execução dos serviços do objeto acima descritos.

Enfatizamos que os recursos já estão garantidos através de recursos municipais, as quais serão indicadas as dotações no futuro edital de licitação.

Na requerida contratação, os serviços não são considerados “comuns”, pois não se enquadram na classificação nos termos da lei, tratando-se de contratação de obra de engenharia.

Atentamos que na futura elaboração do edital, não deve ter a previsão de participação de consórcios.

Tendo em vista que neste caso reside na ausência de complexidade ou de grande vulto econômico do objeto licitado, conforme ensinamento trazido por Marçal Justen Filho (na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ed, 2009, p.47 e 477), para quem:

“...o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição.

Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não



dispuseram de condições de licitações. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes.

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares.”

Outro não é o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, para quem a formação de consórcios foi idealizada pelo legislador como forma de garantir que empresas reunidas possam suprir requisitos de habilitação em certames de alta complexidade, que não teriam condições de preencher de forma isolada. Vide:

A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Na prestação de serviços comuns, é da discricionariedade do gestor a possibilidade de participação ou não de consórcios.

(Acórdão nº 22/2003 – Plenário – TCU – rel. Min. BENJAMIN ZYMLER)

Merece registro, ainda, o fato de que a reunião em consórcio de empresas que poderiam concorrer entre si traria efeitos restritivos ao certame, sendo este o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU

“Ademais, **a participação de consórcios em torneio licitatório não garante aumento de competitividade**, consoante arestos do Relatório e Voto que impulsionaram o Acórdão nº 2.813/2004 – 1ª Câmara (...) O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. **Isto porque, a nosso ver, a formação de consórcio pode tanto se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores ou, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).** Com os exemplos fornecidos pelo BACEN, vemos que é a prática comum a não aceitação de consórcios.”

(Acórdão nº 1.946/2006 – Plenário – TCU – rel. Min. Marcos Bemquerer)

Assim, por se tratar de objeto comum, sem maiores complexidades, entende-se que a vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não trará limitação alguma à competitividade.

Ressalta-se que a equipe de engenharia e arquitetura elaborou as peças técnicas do projeto para o seu desenvolvimento.



Desse modo, a execução desta obra trará inúmeros benefícios à população de toda a cidade.

II – ÁREA REQUISITANTE

A unidade requisitante do presente Estudo Preliminar é a Secretaria de Infraestrutura e Habitação, na figura do seu Ordenador de Despesa, sendo também a gestor dos recursos destinados aos serviços bem como a obra.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Projeto Básico.

A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

IV – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Neste caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado local e nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras e serviços, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação com cotação do mercado local, planilha orçamentária acompanhada de cronograma e BDI onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, projeto básico e plantas.

Vale ressaltar que a referência que este objeto não terá planilha de custos unitários e sim cotação modelo desenvolvido com as necessidades de execução de recuperação deste poço com serviços com fornecimento de material, no mercado local, as quais não foram encontradas nas fontes e tabelas oficiais, por serem muito específicos.



V – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de Empresa de Engenharia para Execução da Obra da **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA A RECUPERAÇÃO E MELHORIA DE POÇO ARTESIANO PROFUNDO NO DISTRITO DE CONCEIÇÃO NA ZONA RURAL DE RIO FORMOSO/PE**, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a partir dos seguintes requisitos:

a) Definição do local dos serviços:

- POÇO ARTESIANO PROFUNDO NO DISTRITO DE CONCEIÇÃO NA ZONA RURAL DE RIO FORMOSO/PE

b) Definição dos serviços a serem executados: Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão detalhados a seguir:

- EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DO POÇO EXISTENTE COM PROFUNDIDADE DE 170M.
- EXECUÇÃO DE RETIRADA DE TUBULAÇÃO EXISTENTE DE 1 ½ “ DE PVC
- EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE NOVA TUBULAÇÃO DE FERRO GALVANIZADO DE 1 ¼ “.
- INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE BOMBA SUBMERSA DE 10CV COM TODAS AS TUBULAÇÕES E CONEXÕES HIDRÁULICAS, INCLUSIVE TESTES DE FUNCIONAMENTO.
- INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA INSTALAÇÃO DA BOMBA SUBMERSA DE 10CV , INCLUSIVE TESTES DE FUNCIONAMENTO.

VI – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O custo estimado das quantidades será obtido mediante informações coletadas nos projetos e levantamentos, onde serão informados modelo de cotação desenvolvido e termo de referência anexo, o qual detalha todos os serviços necessários.



Rua Barão do Rio Branco, 153 - Centro - Rio Formoso-PE
CEP: 55570-000 | CNPJ: 10.291.177/0001-48



pmrioformoso@yahoo.com.br



www.rioformoso.pe.gov.br

VII – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo foi verificado após a realização do termo de referência, onde a equipe técnica concluiu que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público, elaborar cotação de mercado pela grande especificação e particularidade deste serviço que o mercado local nos atendeu cotando com empresas do ramo de poços para os fornecer parâmetros de mercado para o que precisávamos fazer neste poço.

VIII – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O não parcelamento das obras é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediário e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado. Desta forma esta contratação deve-se ser realizada em lote único.

IX – CONTRATAÇÃO CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES

Durante a etapa de planejamento da contratação, foi definido que a adjudicação do objeto será feita a uma única empresa vencedora, uma vez que as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica profissional e operacional para a realização do objeto a ser contratado.



X – ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

Os serviços objeto dessa contratação serão financiados com recursos próprios.

Para concretização das obras, foram alocados recursos orçamentários, por parte da Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso, o valor abaixo descrito de **Após cotação de mercado verificamos o preço médio de mercado no valor R\$ 51.263,67 (Cinquenta e um mil duzentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos)**

XI – RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com execução de serviços, com fornecimento de materiais, para a recuperação e melhoria de Poço Artesiano Profundo no Distrito de Conceição na Zona Rural de Rio Formoso/PE, consistem na melhoria geral na infraestrutura hídrica desta comunidade, que hoje depende totalmente da recuperação deste poço para funcionamento do sistema de abastecimento de água.

Espera-se, com a execução da obra, a recuperação total do abastecimento de água local, melhoria significativa na vazão e qualidade da água.

XII – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A administração tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;
- Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.



XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

Em relação ao impacto ambiental para esta obra, esta obra não possui construção de edificações que gerem dejetos de esgotos ou emissão de poluentes.

XIV – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Rio Formoso-PE, 18 de maio de 2026.



JORGE EDUARDO DE ALENCAR MARTINS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA 26468-D/PE



Rua Barão do Rio Branco, 153 - Centro - Rio Formoso-PE
CEP: 55570-000 | CNPJ: 10.291.177/0001-48



pmrioformoso@yahoo.com.br



www.rioformoso.pe.gov.br